

**OEI**



**Relatório**

**Regresso ao ensino  
presencial num  
contexto pós-  
pandémico na Ibero-  
América:**

**Progressos, reflexões e  
recomendações**



**Organización de Estados  
Iberoamericanos**

**Organização de Estados  
Ibero-americanos**

## Relatório

# Regresso ao ensino presencial num contexto pós-pandémico na Ibero-América: Progressos, reflexões e recomendações



## Índice

<b>Apresentação .....</b>	<b>3</b>
<b>Caracterização geral do regresso ao ensino presencial pós-pandémico na região .....</b>	<b>5</b>
<b>Reflexões sobre o regresso ao ensino presencial .....</b>	<b>10</b>
<b>Conclusões e recomendações .....</b>	<b>16</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>20</b>

A elaboração deste Relatório foi coordenada por Mónica Gomáriz, Diretora e Representante Permanente da OEI no Chile, com a colaboração das funcionárias e dos funcionários daquele Escritório.

A tradução para português foi realizada pelo Escritório da OEI em Portugal.

## Apresentação

Após o confinamento generalizado de quase 180 milhões de crianças e jovens, como resultado da pandemia gerada pela COVID-19, a educação ibero-americana enfrenta dois desafios: o regresso progressivo e seguro à atividade presencial, que é essencial e, concomitantemente, avançar para um modelo educativo inovador e transformador para o futuro, que não obedeça a uma inércia que nos reenvie para um passado tão injusto quanto ineficiente.

Nesta perspetiva, o presente documento visa contribuir para o processo de regresso ao ensino presencial através da partilha de informações, experiências e resultados. Baseia-se em dados de um inquérito realizado com a participação dos 18 escritórios da OEI nos países da região, bem como da Secretaria-Geral em Madrid. Também incorpora uma análise de diferentes relatórios e textos académicos sobre esta questão. Com este documento, a OEI cumpre o seu compromisso de fornecer à comunidade educativa ibero-americana informação atualizada e precisa sobre o processo de regresso ao ensino presencial, o objetivo ambicionado por todos, ultrapassados os constrangimentos causados pela pandemia da COVID-19 de forma a começar a construir um futuro educativo promissor.

Em termos gerais, a OEI considera que o regresso ao ensino presencial de uma forma progressiva e segura é uma prioridade, uma vez que tal permitirá alcançar os efeitos positivos que o insubstituível ensino presencial produz nas nossas crianças e jovens, tal como tem sido defendido pelos nossos cidadãos, os nossos governos, a academia, o pessoal docente e as organizações internacionais competentes na matéria: o direito ao ensino oficial e presencial deixou de ser um direito subjetivo como há anos atrás, e tornou-se um direito fundamental que não admite qualquer restrição ou limites.

Mais do que nunca, reiteramos de forma progressiva e segura que o ensino presencial, ajuda a resolver os graves choques emocionais criados pelo confinamento, sobretudo na população dos sectores sociais mais desfavorecidos que vivem em habitações muito precárias, onde quase não existem alternativas educativas ou culturais. Situação agravada, como se demonstra neste relatório, se tivermos em conta que para estas crianças e jovens a escola é o espaço mais seguro, mais enriquecedor e saudável, como comprovado pelo muito baixo nível de contágios que aí ocorrem, em comparação com outros ambientes familiares, comerciais e sociais.



**"O OEI considera que o regresso ao ensino presencial de uma forma progressiva e segura é uma prioridade".**

A pandemia, como exposto pela Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL), gerou um sério impacto na região, uma nova "década perdida", com retrocessos económicos de uma década, ou de quinze anos em termos de redução da pobreza, que atinge 230 milhões de pessoas, 98 milhões em pobreza extrema e que, para além disso, aumentou a desigualdade com um índice de Gini que já atingiu 2,9%. Uma situação que encontra no ensino presencial a saída e superação mais eficaz e eficiente, especialmente se for realizada com o uso massivo da tecnologia e da digitalização (T+D).

Acreditamos que é necessário promover políticas públicas baseadas em evidências para que tenham garantias de sucesso e possam responder às prementes exigências sociais, exacerbadas como resultado da pandemia, e é para isso que queremos contribuir com este relatório (a situação nele descrita está sujeita a atualizações em resultado de mudanças frequentes) cuja máxima aspiração é que seja ilustrativo e útil.

Mariano Jabonero  
Secretário-Geral  
Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI)





## Caracterização geral do regresso ao ensino presencial pós-pandémico na região

O regresso à sala de aula de milhões de crianças e jovens que tiveram de deixar as suas escolas devido à crise sanitária tem sido um tema discutido e debatido em todos os países da região Ibero-Americana. Com exceção da Nicarágua - que não fechou as suas escolas - os restantes países da região tomaram a decisão de fechar escolas e centros educativos como medida preventiva, evitando assim uma maior mobilidade no país e com isso a propagação da COVID-19 entre a sua população. As diferentes características da emergência sanitária e o seu progresso em cada um dos países, têm sustentado a tomada de decisões e desencadeado diferentes medidas por parte dos governos, entre elas as que visam mitigar ou compensar os efeitos da pandemia e a reabertura gradual das escolas. A diversidade da região refletiu-se sem dúvida na multiplicidade de respostas e decisões na área da educação e por isso a OEI realizou um breve inquérito sobre alguns dados que nos ofereceriam uma visão geral deste processo e, com base nisto, fornecer informações sobre as orientações em cada um dos países.

Apresentam-se assim os resultados deste inquérito, no qual todos os escritórios da OEI nos países-membros participaram em março de 2021, relativamente ao processo de regresso ao ensino presencial no contexto da pandemia da COVID-19, tendo em conta que o processo de regresso à escola tem sido realizado na maioria dos países de forma progressiva e flexível, sujeito aos indicadores de saúde que suportam as medidas nacionais tomadas.

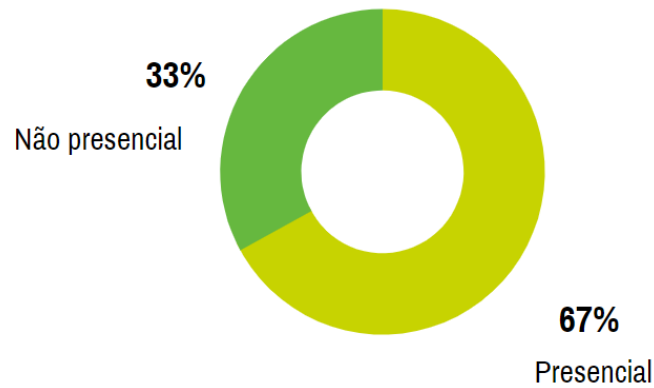
Como visão geral, a partir de março de 2021, podemos dizer que do número total de países consultados<sup>1</sup>, 67% (14) optaram por regressar às aulas presenciais.

1. Andorra, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Portugal, Uruguai, Bolívia, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Peru e República Dominicana.



**"A grande maioria dos países Ibero-americanos optou por regressar ao ensino presencial".**

## Tipologia de regresso à escola implementado pelos países Ibero-americanos



Como se pode ver no gráfico acima, a grande maioria dos países ibero-americanos optaram por retomar o ensino presencial, alguns deles em setembro de 2020 (Espanha, Portugal e Andorra), enquanto a maioria o fez em fevereiro ou março de 2021, após as datas de início do seu ano lectivo<sup>2</sup>.

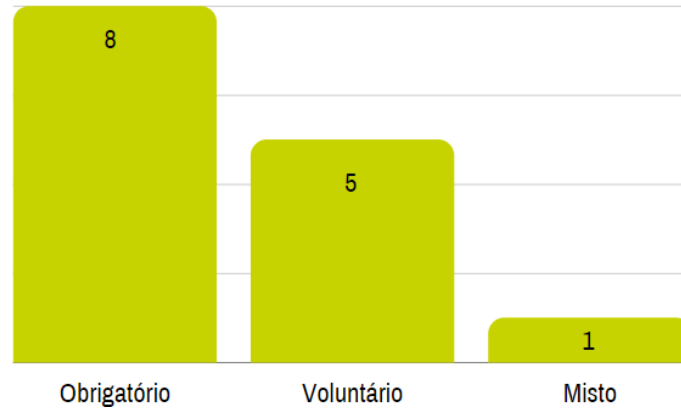
No que respeita à percentagem de escolas que regressaram efetivamente ao ensino presencial em cada país, os dados são variáveis e, em alguns casos, não existem registos oficiais. No caso do Uruguai, é relatado que 87% do total de estudantes matriculados no ensino pré-escolar e primário regressaram ao ensino presencial. O Brasil, por seu lado, relata a existência de diferentes realidades entre as diferentes áreas do país. No entanto, é referido que nas grandes cidades - como São Paulo e Rio de Janeiro - esta percentagem atinge quase 100% das escolas. Por outro

lado, o Equador - que tem regresso voluntário - relata que apenas 0,47% das escolas voltaram a funcionar presencialmente, enquanto o Chile refere que esta percentagem atingiu 38% das escolas. Particularmente no que diz respeito à educação pública, a Costa Rica informa que 93% das escolas públicas do país regressaram ao presencial, enquanto na Guatemala esta percentagem atinge 100% dessas escolas<sup>3</sup>.

2. A maioria dos países da América Latina teve situações de abertura de escolas durante o ano de 2020, embora tal tenha correspondido a casos específicos e não a uma decisão geral como país. Todos os países da área geográfica ocidental, tais como os da Europa, voltaram ao ensino presencial.
3. Estes dados foram obtidos no início de março de 2021. Os números estão sujeitos a alterações dependendo da situação da crise sanitária nos diferentes países.



### Países com regresso ao ensino presencial segundo o carácter da medida (nº)



Do número total de países que regressaram às aulas presenciais, oito fizeram-no de forma obrigatória (Andorra, Argentina, Colômbia, Cuba, Espanha, Nicarágua, Portugal e Uruguai), enquanto cinco optaram pelo retorno voluntário (Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala e Paraguai). Apenas o Brasil declara que tem uma modalidade mista (obrigatória e voluntária), uma vez que no seu caso a decisão depende de cada estado federal.

No que diz respeito aos critérios de prioridade do regresso de certos níveis de ensino sobre outros, nota-se que não há critérios partilhados entre países, nem existe uma fundamentação homogénea para as decisões tomadas a este respeito. Assim, a priorização de certos níveis é variável e diversificada entre países, com uma tímida tendência para começar com os primeiros níveis de ensino.

Na Argentina, por exemplo, algumas jurisdições deram prioridade ao nível inicial e aos primeiros ciclos do ensino primário e secundário, enquanto os ensinos secundário e superior começaram mais tarde. No caso do Chile, entre as recomendações do Conselho Consultivo para o regresso, é dada prioridade ao regresso presencial para o ensino pré-escolar, para os estudantes do 1º ao 3º ano, seguido dos que estudam o ensino e formação técnica e profissional (TVET) e do 4º ano. A Colômbia, por seu lado, embora não tenha dado prioridade ao regresso de um determinado nível de ensino, tem-se concentrado a nível pedagógico em diretrizes específicas para a primeira infância, pessoas com deficiência e comunidades de povos indígenas.



**"No que diz respeito aos critérios de priorização do regresso de certos níveis de ensino sobre outros, notamos que não há critérios partilhados entre países, nem existe uma fundamentação homogénea para as decisões tomadas a este respeito".**



**"Concomitantemente com as medidas de biossegurança, os países ibero-americanos conceberam planos, programas e protocolos destinados a enfrentar os desafios pedagógicos causados e amplificados pela pandemia.**

Por outro lado, é importante considerar que doze dos países referem ter um comitê de peritos que aconselha os ministérios da educação sobre o tema do retorno ao ensino presencial. Entre estes países, a maioria declara ter desenvolvido diretrizes para a implementação do processo, com base nas quais as escolas apresentam os seus próprios planos de retorno ao presencial, de acordo com as suas características.

Em referência às diretrizes que os países seguiram para abordar o processo de retorno ao presencial, é possível afirmar que estas coincidem na garantia da implementação de protocolos de biossegurança nas escolas para evitar a transmissão e propagação do vírus. Estes protocolos têm considerado medidas tais como: o uso de máscaras; espaços disponíveis para a lavagem permanente das mãos; ventilação constante das salas de aula e espaços fechados; quarentenas no caso de um professor ou aluno apresentar sintomas; espaços demarcados que garantam o distanciamento interpessoal; saneamento e higiene permanentes; horários de entrada e saída diferidos; e sistemas mistos (presenciais e virtuais), entre outros.

Concomitantemente com as medidas de biossegurança, os países ibero-americanos conceberam planos, programas e protocolos destinados a enfrentar os desafios pedagógicos causados e amplificados pela pandemia. Estes instrumentos coincidem – significativamente - no estabelecimento de diretrizes para a abordagem dos impactos negativos na aprendizagem, baseada na escola e na permanência na escola das alunas e dos alunos, particularmente daqueles que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade. A este respeito, o Ministério da Educação do Equador (2020), por exemplo, refere a importância das redes de

apoio educativo que ligam diferentes atores no contexto local para apoiar a continuidade educativa dos estudantes. A Guatemala, por seu lado, no documento "Aplicação piloto de um retorno seguro às aulas semipresenciais para as escolas básicas e secundárias", estabelece que se implementará um plano de reforço e nivelamento a ser implementado com base num diagnóstico prévio e abrangente, que envolve tanto a avaliação das competências emocionais, como a aprendizagem conceptual, de atitudes e processos. O Chile, por exemplo, desenvolverá o plano "Chile Recupera e Aprende" (Ministério da Educação do Chile, 2021), centrado nas seguintes áreas: recuperação e nivelamento da aprendizagem, bem-estar socio-emocional, retenção e reinserção escolar de todos os estudantes que, como consequência da crise sanitária, abandonaram o sistema escolar ou estão em sério risco de abandonar a escola.

Além disso, os instrumentos referidos enfatizam a definição de ações para enfrentar as consequências socio-emocionais da pandemia, tanto para estudantes como para professores. No caso de El Salvador, o documento "A alegria de voltar à escola: orientações para as instituições educativas em El Salvador, para o ano letivo 2021" revela a importância de as escolas proporcionarem o tempo necessário para as crianças expressarem as suas emoções e se recriarem, promovendo a saúde mental. Por outro lado, os países também assinalam a importância de produzir informação sobre a reabertura das escolas e sobre as situações particulares enfrentadas pelas escolas no contexto do retorno. A Colômbia, por seu turno, informa ter implementado um sistema de monitorização do processo de retorno ao ensino presencial, para orientar



ações relevantes para melhorar o processo (Ministério da Educação da Colômbia, 2020).

Reconhecendo que a pandemia ainda não terminou, e que é muito provável que se continue com uma modalidade virtual ou híbrida durante um período de tempo prolongado, alguns países relatam ter criado guias para o trabalho educativo em casa, dirigidos a mães/pais, professores e estudantes, bem como ter promovido ações para aumentar o acesso dos estudantes às tecnologias necessárias para sustentar a educação a distância, e também para aumentar as competências pedagógicas

digitais dos professores. Por exemplo, no Perú, no documento "Disposições para a prestação de serviços em instituições e programas públicos e privados de educação básica, em áreas urbanas e rurais, no âmbito da emergência sanitária COVID-19", afirma-se que as famílias devem ser orientadas para proporcionar um espaço adequado no lar para as crianças estudarem. Pelo seu lado, o Uruguai declara que os professores receberão apoio e formação na utilização de ferramentas tecnológicas e estratégias de ensino digital.



## Reflexões sobre o regresso ao ensino presencial

Este capítulo apresenta reflexões sobre a importância do regresso ao ensino presencial na ótica da educação e da saúde e tendo em conta o contexto da América Latina. Estas reflexões baseiam-se na revisão de várias fontes de informação secundária sobre o assunto.

A 16 de Março de 2020, quase 180 milhões de estudantes da região tiveram de continuar a sua educação a partir das suas próprias casas, num cenário de desigualdade instalado na maioria dos países há várias décadas, em que alguns conseguiram tornar esta alternativa eficaz e muitos outros não. Se observarmos os resultados do índice de Gini a nível internacional, é possível ver que os países da América Latina encabeçam os rankings, apresentando profundas desigualdades económicas (Banco Mundial 2020). Neste contexto, é difícil prever um panorama auspicioso para o futuro desta geração, cujos contornos ainda não são totalmente conhecidos, mas que tentamos identificar abaixo, de acordo com as projeções e estimativas de várias organizações internacionais.

Como premissa inicial, é importante considerar que aproximadamente um terço dos estudantes em idade escolar

em todo o mundo não teve acesso ao ensino a distância durante o encerramento das escolas devido à pandemia da COVID-19. Tal deverá ter estado associado a uma falta de acesso à tecnologia e aos instrumentos necessários para permitir o ensino a distância, bem como a uma falta de apoio para o estudo em casa (UNICEF 2020). Particularmente na América Latina, apenas 4 em cada 10 agregados familiares têm ligação à Internet (Murillo, J. & Duk, C. 2020), desigualdades que aumentam se for feita uma análise por nível socioeconómico. A este respeito, a CEPAL (2008) refere que, nesta região, o acesso à Internet para o segmento mais rico da população é 30 vezes maior do que para o segmento mais pobre, e que 42 milhões de lares não têm acesso à Internet. Os estudantes que mais precisam de continuar a aprender são aqueles que têm menos oportunidades de tirar partido do acesso ao ensino a distância.

De acordo com os números do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2020), apenas metade dos estudantes das escolas públicas pode aceder ao ensino a distância, em comparação com três quartos dos que frequentam escolas privadas.



**"Apenas metade dos estudantes da escola pública pode aceder ao ensino a distância, em comparação com três quartos dos estudantes das escolas privadas".**

Contudo, para além das desigualdades no acesso à Internet, a maioria dos governos a nível internacional utilizou, ou está a utilizar, plataformas online para disponibilizar educação a distância. Particularmente na América Latina e nas Caraíbas, Dreesen et. al (2020) afirmam que 90% das respostas educativas dos governos durante a pandemia se centraram na utilização de plataformas em linha para disponibilizar educação a distância.

Para além das desigualdades na conectividade e no equipamento tecnológico, existem outros obstáculos à implementação de uma educação a distância bem-sucedida, nomeadamente: alimentação insuficiente, falta de preparação, tempo e recursos dos pais e prestadores de cuidados para dar apoio ao estudo em casa; condições materiais, ambientais e espaciais inadequadas; sobrelotação, o fosso digital entre professores, etc. (Murillo, J. & Duk, C. 2020).

As dificuldades para o funcionamento de uma educação a distância com sucesso – online, rádio ou televisão - acima referidas, resultaram e resultarão num aprofundamento das disparidades educativas entre famílias pobres e ricas, que já existia antes da pandemia (UNICEF, 2020).

Sobre esta questão, o Grupo Banco Mundial (2020) identificou uma série de consequências na esfera educativa que resultaram do encerramento de escolas em consequência da pandemia COVID-19, de que se destacam as seguintes:

- Interrupção da aprendizagem.
- Aumento da iniquidade na aprendizagem.
- Redução da ligação à escola.
- Agravamento da situação nutricional dos estudantes.
- Deterioração da saúde mental dos estudantes.
- Aumento da vulnerabilidade dos estudantes.
- Aumento das taxas de abandono escolar, particularmente para os estudantes mais desfavorecidos.

- Aumento do trabalho infantil, casamento infantil, sexo transacional.
- Menor investimento na educação por parte dos pais.
- Redução das despesas governamentais com a educação.
- Menor qualidade educativa.
- Menor qualidade do ensino.
- Encerramento de escolas privadas.



As consequências desta situação, a longo prazo, são as seguintes:

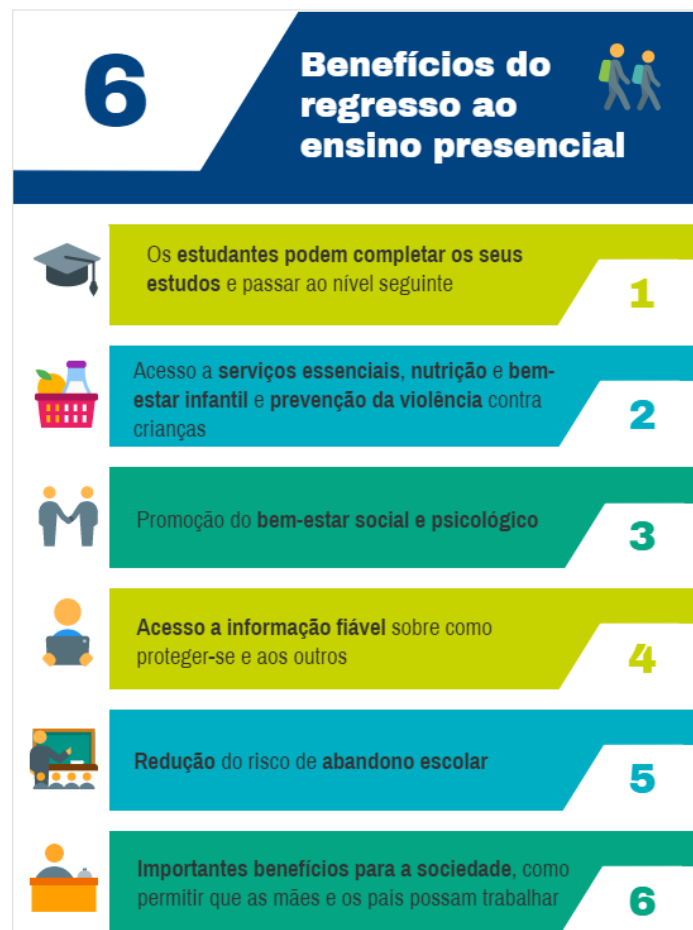
- Aumento de aprendizagens pobres.
- Diminuição do capital humano.
- Aumento da pobreza geral, devido ao abandono escolar.
- Aumento da desigualdade.
- Aumento da instabilidade social.
- Reforço do ciclo intergeracional da pobreza e de um fraco capital humano
- Diminuição da produtividade e da competitividade da nossa região Ibero-Americana.

Especificamente sobre a aprendizagem e o desempenho académico, Woessmann (2003, na OEI, 2020) afirma que uma redução de 10% na duração do tempo de ensino diminui cerca de 1,5% do desvio padrão no desempenho académico. Neste sentido, as reduções significativas no tempo dedicado à educação no contexto da pandemia, terão um forte impacto no desempenho que os estudantes podem alcançar. Assim, não só haveria uma perda de aprendizagem, como haveria também um aumento das desigualdades no desempenho escolar.

Ainda em relação ao abandono escolar, a UNESCO (2020) adverte que cerca de 23,8 milhões de crianças e jovens - do nível pré-escolar ao pós-secundário - poderão abandonar a escola ou não ter acesso à mesma até 2021, principalmente em resultado do impacto económico da pandemia.

Por outro lado, devido às dificuldades em proporcionar um ensino a distância de qualidade e eficaz e às consequências que isso tem para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, existe um consenso sobre a necessidade de fazer todos os esforços para reabrir os estabelecimentos de ensino quando as condições de saúde o permitam.

A este respeito, a OMS (s/d) afirma que o regresso à escola teria os benefícios descritos na imagem seguinte.





**"As crianças podem estar mais expostas à violência, abuso, negligência, etc. e os comportamentos de risco a longo prazo podem aumentar entre os jovens, bem como a gravidez na adolescência."**

Na área da saúde mental, o Grupo Banco Mundial (2020) prevê que a saúde mental e emocional dos estudantes será significativamente afetada pela pandemia, devido ao medo, ao aumento do stress nas famílias e ao consequente aumento da ansiedade e depressão em diferentes grupos etários. Além disso, as crianças podem estar mais expostas à violência, abuso, negligência, etc. e pode haver um aumento dos comportamentos de risco a longo prazo entre os jovens, bem como um aumento da gravidez na adolescência.

Não devemos descurar, além disso, a importância dos programas de alimentação escolar para uma grande percentagem de crianças da região, dos grupos mais vulneráveis. A este respeito, a FAO (2020), denuncia uma grave insegurança alimentar para mais de 60 milhões de pessoas na região. Os dados disponíveis sobre o consumo alimentar, inquéritos nutricionais e projeções sobre o aumento da pobreza na região preveem um aumento significativo da fome, insegurança alimentar e subnutrição nos próximos anos, especialmente nas zonas rurais. Neste contexto, para satisfazer necessidades básicas, tais como a segurança alimentar, as famílias podem contar com as crianças para complementar o rendimento familiar. O encerramento de escolas em zonas rurais poderá resultar no emprego de crianças em trabalhos perigosos na agricultura e outras atividades, de acordo com a CEPAL e a OIT (2020). Em relação ao acima exposto, é importante notar que em todos os casos que envolvem riscos iminentes para o bem-estar e a saúde, a escola é considerada um fator de proteção.

Especificamente no que diz respeito ao contexto latino-americano, sendo esta a região mais desigual do mundo, é possível assinalar que o confinamento e o encerramento de escolas é ainda mais complexo não só devido aos seus índices de desigualdade em termos de oportunidades educativas, acesso à conectividade, condições económicas das famílias ou habitação, mas também porque - além disso - a região tem tido o recorde do maior número de dias com as escolas fechadas.





**"O impacto e as consequências da pandemia, o correspondente confinamento e o encerramento de escolas, tem um impacto mais significativo nos contextos mais vulneráveis e onde os níveis de desigualdade são ainda mais acentuados."**



Segundo a UNICEF (2021), em média, as escolas na América Latina e Caraíbas permaneceram fechadas durante 158 dias, ultrapassando largamente a média global de 95 dias. Enquanto noutras regiões do mundo as escolas foram as últimas a fechar e as primeiras a abrir, na América Latina tem sido o oposto. Vários países da região têm o penalizador recorde de ter o maior número de dias de encerramento de escolas.

Os números macroeconómicos resultantes da pandemia e os seus vários impactos socioeconómicos, que mostram um aumento da pobreza e da pobreza extrema e refletem a matriz da desigualdade na região (CEPAL, 2020), foram também afetados pelo encerramento de escolas, num contexto de desigualdade. A CEPAL e a OIT (2020) advertem que se o período de suspensão das aulas for muito longo, o risco de abandono escolar aumentará, particularmente para aqueles afetados pela queda drástica do rendimento familiar. Também aumenta o risco para a saúde mental de crianças e adolescentes como resultado do confinamento e do stress familiar. A não comparência às aulas e a redução do tempo dedicado à aprendizagem, juntamente com a perda de rendimentos do agregado familiar, criam condições que aumentam a probabilidade de entrada prematura das crianças no mercado de trabalho, particularmente em atividades perigosas.

Em suma, o impacto e as consequências da pandemia, o seu respetivo confinamento e o encerramento de escolas têm um impacto mais significativo nos contextos mais vulneráveis e onde os níveis de desigualdade são ainda mais acentuados.

No entanto, é importante destacar aspetos positivos, tais como a resposta rápida dos governos da região para atenuar ou compensar a falta das aulas presenciais através de

plataformas educativas digitais, programas audiovisuais, formação de professores, publicação de manuais, etc.

A reação das organizações de cooperação também foi rápida e relevante: não só descreveram os efeitos da catástrofe, como também forneceram recursos para atenuar os seus efeitos. A este respeito, a OEI colocou à disposição dos governos, escolas, universidades, professores, estudantes e famílias cerca de 500 recursos digitais e multimédia gratuitos; desenvolveu um espaço de monitorização e acompanhamento da crise em tempo real nos domínios da educação, ciência e cultura; ofereceu 1.000 bolsas de formação a professores universitários e 100 a professores não-universitários para formação em ensino virtual; publicou os primeiros relatórios sobre a crise da educação e economia na região; realizou mais de 30 webinars para partilhar boas práticas face à pandemia e para contribuir para a coordenação das respostas regionais, e para apoiar políticas públicas; e realizou mais de 20 reuniões com ministros e altos representantes governamentais para dar respostas educativas eficazes durante a crise.

A OEI criou espaços para o intercâmbio de lições aprendidas no campo da primeira infância através da Rede Ibero-Americana de Administrações Públicas para a Primeira Infância, onde Uruguai, Colômbia, Espanha e Portugal partilharam os seus regulamentos, planos e programas para regressar à escola em fevereiro de 2021, com os restantes países que estavam em processo de desenvolvimento deste tipo de processos. Neste sentido, reforçar o intercâmbio entre pares e entre instituições da região é fundamental para gerar respostas mais eficazes baseadas na aprendizagem partilhada e numa lógica de cooperação horizontal.

De salientar igualmente que alguns países realizaram processos "piloto" de regresso às aulas presenciais durante o ano de 2020, que serviram para testar os seus processos e tentar garantir que os mesmos são feitos de uma forma segura e inclusiva. Neste contexto vale a pena mencionar o caso da Colômbia, onde o Instituto Colombiano de Bem-Estar Social desenvolveu, entre novembro e dezembro de 2020, os "*Pilotos de Atención Presencial Excepcional*" (PAPE); por seu lado, entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, o Ministério de Educação Nacional conseguiu que 62 das 96 Secretarias de Educação do país iniciassem o regresso gradual, progressivo e seguro em instituições educativas públicas e

privadas, de acordo com as ações estabelecidas nos Planos de Alternativa Educativa concebidos em 2020. Toda esta informação está incluída no [Primeiro Boletim](#) da Rede Ibero-Americana de Administrações Públicas para a Primeira Infância, publicado em março de 2021 pela OEI.

O Conselho Consultivo da OEI preparou e publicou um extenso relatório com a participação de 21 dos mais reconhecidos especialistas em educação da região, intitulado "[A Educação do amanhã: Inércia ou Transformação?](#)" um livro que apresenta uma análise do que aconteceu à educação nos nossos países como resultado da pandemia, bem como propostas para um melhor futuro educativo ibero-americano.



**"É importante destacar aspetos positivos, tais como a resposta rápida dos governos da região para atenuar ou compensar a falta das aulas presenciais através de plataformas educativas digitais, programas audiovisuais, formação de professores, a publicação de manuais, etc."**



## Conclusões e recomendações

A OEI, assim como os governos da região, agentes sociais, organizações cívicas, academia e organizações internacionais, reconhece que o fim da COVID-19 envolve, em primeiro lugar, inúmeras medidas sanitárias, como a vacinação, entre outras. A nível educativo, é necessário apostar numa nova educação que não volte à inércia do passado e que confie num futuro inovador e transformador que combine a educação a distância com a indispensável educação presencial para, entre outros, compensar as graves consequências que foram criadas pela falta forçada da presença na escola, que colocou os estudantes ibero-americanos na indesejável liderança mundial em termos de dias letivos perdidos.

O ano 2020 apresentou múltiplos desafios que nós, enquanto humanidade, não esperávamos enfrentar. A capacidade de adaptação e flexibilidade foram essenciais numa situação em que a incerteza prevalecia acima de tudo e em que todos tiveram de se adaptar a novas formas de trabalho e utilizar novas tecnologias. Neste contexto, é essencial reconhecer os esforços de professores, estudantes e suas famílias que de um dia para o outro foram capazes de responder às necessidades apresentadas pelo desafio de realizar aulas à distância e continuar o processo de aprendizagem sob diferentes

modalidades, bem como os dos ministérios da educação que, num curto período de tempo, promoveram plataformas de aprendizagem online e parcerias com estações locais de televisão e rádio que compensaram - até certo ponto - o encerramento das escolas por um período de tempo prolongado.

Após o período mais difícil da pandemia, como indicado no capítulo da caracterização, a maioria dos países da região desenvolveu as suas próprias diretrizes técnicas para assegurar um regresso seguro, gradual e flexível de acordo com as condições sanitárias, refletidas em medidas de segurança, cuidados básicos, lavagem das mãos e distanciamento social, entre outros. Para além dessas medidas, a OEI sugere recomendações a dois níveis: ao nível das políticas públicas na educação e ao nível da gestão escolar, com base nas diretrizes nacionais dos países e de outras organizações internacionais, e no [Guia Ressignificando a Escola no Contexto da Pandemia](#) (OEI, 2020), que esperamos possa contribuir para este novo modelo de educação, abrangendo as diferentes dimensões que são mencionadas de seguida.



**"Apostar numa nova educação que não regresse à inércia do passado e que confie num futuro inovador e transformador que combine a educação a distância com a essencial educação presencial".**



#### EM TERMOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- Produzir e divulgar informação oficial sobre a situação das escolas a nível nacional, considerando as suas necessidades e exigências, quer em termos de equipamento, conectividade, programas específicos de apoio socio-emocional, programas de formação, entre outros, permitindo a conceção e implementação de ações relevantes que respondam aos diversos contextos locais.
- Gerar espaços de reflexão e cooperação internacional que permitam a troca de experiências e o desenvolvimento de trabalho de colaboração entre países, a fim de enriquecer as ações realizadas na área da educação, identificando boas práticas e inovações interessantes. Estes espaços poderiam ser desenvolvidos a diferentes níveis e com a participação de diferentes atores (instituições públicas, escolas, núcleos de estudantes, etc.).
- Estabelecer mesas redondas setoriais por níveis de ensino (jardim de infância e educação pré-escolar, ensino básico e secundário, e ensino superior) a fim de gerar reflexões e recomendações pertinentes para cada etapa. Seria também necessário considerar a criação de recomendações específicas para a educação especial.
- Definir, desenvolver e implementar um novo modelo educativo híbrido ou combinado, que supere o fosso digital (e consequentemente educativo e social) e esteja em linha com uma sociedade que já está a viver a quarta revolução industrial: a sociedade que depende da tecnologia e da digitalização (T&D).
- Fornecer às comunidades (bibliotecas, centros comunitários, estádios, etc.) e às famílias o equipamento tecnológico necessário para que as crianças possam ter acesso à educação a distância, mantendo ao mesmo tempo um funcionamento híbrido das escolas (presencial/online), minimizando o risco de abandono escolar.



- Rever o currículo em termos dos seus principais objetivos e aprendizagem esperada, de forma a este ser capaz de responder à diversidade de contextos e de estudantes, sem gerar desigualdade ou exclusão.
- Universalizar o uso das competências digitais nos professores através de planos de formação, e a sua incorporação desde a formação inicial das carreiras pedagógicas; os professores devem assumir um compromisso ético, social e profissional a este respeito.
- Idealizar recursos educativos inclusivos em formato audiovisual, que incluam conteúdos curriculares prioritários para cada nível de escolaridade e que possam ser disseminados através da televisão e outros meios audiovisuais.
- Reforçar e, se necessário, reformular - adaptando ações ao contexto da crise social e sanitária - planos e programas de retenção e reintegração escolar.
- Conceber instrumentos que permitam às escolas avaliar o atraso e o risco de abandono escolar produzido e/ou aprofundado no contexto da COVID-19 e conceber e implementar medidas específicas direcionadas para mitigar e recuperar a aprendizagem, bem como para evitar o abandono escolar precoce.
- Criar instrumentos que permitam às escolas avaliar os impactos sócioemocionais da pandemia da COVID-19, bem como implementar ações para os enfrentar.



#### NO AMBIENTE ESCOLAR:

- Incorporar nos documentos de planeamento institucional um plano para o período pandémico com uma visão a curto e médio prazo, que também incorpora tempo dedicado ao diagnóstico e ao nivelamento da aprendizagem durante o ano letivo. Durante o diagnóstico, sugere-se que sejam incluídos instrumentos e recursos que permitam abordar o bem-estar global de crianças e jovens no contexto atual, incluindo a componente socio-emocional como uma prioridade.
- Criar espaços de consulta e feedback para as equipas pedagógicas, que procuram promover e assegurar práticas de autocuidado e cuidado que possam prevenir ou ser ativadas em situações de stress ou sobrecarga de trabalho, garantindo espaços e ações concretas.
- Rever e redefinir os papéis dos atores-chave para este processo, a partir de uma perspetiva de colaboração. A modalidade mista (virtual e presencial) pode causar certas dificuldades aos professores no desenvolvimento da turma, pelo que se sugere conhecer e adaptá-las aos novos tempos e necessidades, tendo em conta a

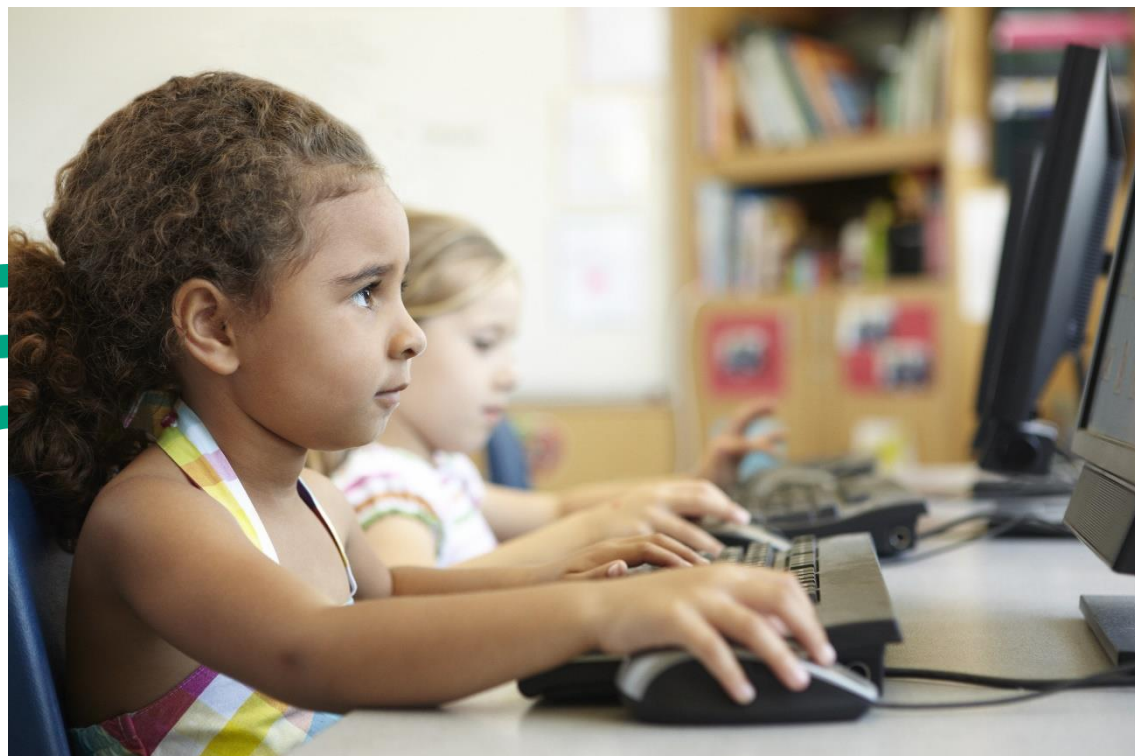


possibilidade de ter apoio extra nas aulas. Neste sentido, o apoio poderia ser tanto humano (apoio técnico para novas tecnologias, apoio para revisões e dúvidas dadas através da plataforma em linha, instalação de microfones, computadores, etc.), como material, para que possam ter os recursos tecnológicos necessários, para além da própria conectividade.

- ▶ Promover a criação de novas figuras de diretores e gestores de centros educativos pós-pandémicos com modalidades híbridas, presenciais e a distância. Prevalência do centro educativo inovador e híbrido em oposição à versão redutora da sala de aula.
- ▶ Dar prioridade ao desenvolvimento de experiências de aprendizagem que visem manter uma sensação de bem-estar afetivo. Para tal, recomenda-se dar aos alunos uma voz, que permita aos professores ligarem-se às suas necessidades socioafectivas e assim cuidarem das interações.
- ▶ Tornar a organização do espaço escolar mais flexível e redesenhá-lo (regras de funcionamento, grupos

educativos, mecanismos de avaliação, estratégias de ensino, etc.) de acordo com as necessidades dos alunos, tanto a nível formativo como emocional.

- ▶ Reforçar a utilização de diferentes metodologias inovadoras que permitam a conceção de experiências de aprendizagem que os estudantes podem fazer e que os membros da família podem apoiar.
- ▶ Reforçar a ligação e o trabalho de colaboração entre professores e famílias, redefinindo o papel co-educador das famílias através de uma ligação estreita com as instituições, e especificamente com os professores. Para este fim, podem ser utilizados diferentes meios que favoreçam uma melhor comunicação, mais fácil e mais acessível para trabalhar em conjunto.
- ▶ Utilizar espaços presenciais como uma oportunidade para orientar as famílias no caso de possíveis encerramentos ou contingências para as crianças, as suas famílias ou os próprios estabelecimentos.



## Bibliografía

Banco Mundial (2020) *Índice Gini*. Disponível em:

<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=SI.POV.GINI>

CEPAL (2020) *El desafío social en tiempos de COVID-19*.

Disponível em:

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/45527-desafio-social-tiempos-covid-19>

CEPAL & UNESCO (2020) *La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19*. Disponível em:

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45904/1/S2000510\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45904/1/S2000510_es.pdf)

CEPAL & OIT (2020) *La Pandemia por COVID –19 podría incrementar el trabajo infantil en América Latina y el Caribe*.

Disponível em:

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45679/1/NotaTecnica1OIT-CEPAL\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45679/1/NotaTecnica1OIT-CEPAL_es.pdf)

CEPAL (2008) *La banda ancha como servicio público universal para potenciar el desarrollo de la región*. Disponível em:

<https://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/socinfo/noticias/paginas/0/38050/P38050.xml&xsl=/socinfo/tpl/p18f.xsl&base=/socinfo/tpl/top-bottom.xsl>

Dreesen, T.; Akseer, S.; Brossard, M.; Dewan, P.; Giraldo, J. P.; Kamei, A.; Mizunoya, S. & Ortiz, J. *Promising practices for equitable remote learning Emerging lessons from COVID-19 education responses in 127 countries*. Disponível em:

<https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/IRB%202020-10.pdf>

FAO (2020) *Inseguridad Alimentaria*. Disponível em:

<http://www.fao.org/chile/noticias/detail-events/es/c/1298013/>

Grupo Banco Mundial (2020) *COVID-19: Impacto en la educación y respuestas de la política pública*. Disponível em:

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33696/148198SP.pdf?sequence=6&isAllowed=y>

Ministerio de Educación de Chile (2021) *Chile recupera y aprende*. Disponível em:

<https://www.mineduc.cl/chile-recupera-y-aprende/>

Ministerio de Educación de Chile y UNESCO (2020) *Consejo Asesor, Paso a Paso abramos las escuelas, Conclusiones y Recomendaciones. Primer Informe* Disponível em:

<https://www.mineduc.cl/wp-content/uploads/sites/19/2020/12/I-INFORME-WEB-301220.pdf>

Ministerio de Educación de Colombia (2020) *Lineamiento para la prestación del servicio de educación en casa y en presencialidad bajo el esquema de alternancia y la implementación de prácticas de bioseguridad en la comunidad educativa*. Disponível em:

[https://www.mineducacion.gov.co/1759/articles-399094\\_recurso\\_1.pdf](https://www.mineducacion.gov.co/1759/articles-399094_recurso_1.pdf)

Ministerio de Educación de Ecuador (2020) *ACUERDO Nro. MINEDUC-2020-00044-A*. Disponível em:

<https://boletin.novedadesjuridicas.com.ec/mied44/#:~:text=MINEDUC%2DMINEDUC%2D2020%2D00044%2DA%2C%20mediante%20el,Progresivo%20de%20las%20Instalaciones%20Educativas.>

Ministerio de Educación de Ecuador (2020) *Acuerdo Nro.*

*MINEDUC-2020-00051-A*. Disponível em:

<https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2020/11/MINEDUC-MINEDUC-2020-00051-A.pdf>

Ministerio de Educación de El Salvador (2021) *La alegría de regresar a la escuela: Orientaciones a las instituciones educativas de El Salvador, para el año lectivo 2021*. Disponível em:

<https://www.mined.gob.sv/noticias/avisos/item/1016004-regreso-a-clases-2021.html>

Ministerio de Educación de Guatemala (2021) *Piloto de aplicación de retorno seguro a clases semi presenciales para centros educativos del nivel de educación básica y media*.

Disponível em:

<https://aprendoencasayenclase.mineduc.gob.gt/index.php/p-rotocolos-para-el-regreso-a-clases/>

Ministerio de Educación de Panamá (2021) *Lineamientos año Lectivo 2021*. Disponível em:

[http://www.educapanama.edu.pa/sites/default/files/lineamientos\\_2021\\_final1.pdf](http://www.educapanama.edu.pa/sites/default/files/lineamientos_2021_final1.pdf)

Ministerio de Educación del Perú (2021) *Disposiciones para la prestación del servicio en las instituciones y programas educativos públicos y privados de la Educación Básica de los ámbitos urbanos y rurales, en el marco de la emergencia sanitaria de la COVID-19*. Disponível em:

[http://www.grade.org.pe/creer/archivos/121-2021-MINEDUC-10-03-2021-09\\_44\\_05-RM-N%C2%B0-121-2021-MINEDUC.pdf](http://www.grade.org.pe/creer/archivos/121-2021-MINEDUC-10-03-2021-09_44_05-RM-N%C2%B0-121-2021-MINEDUC.pdf)

Ministério da Educação de Portugal (2020) Documentos estruturantes publicados durante a implementação da interrupção da atividade letiva presencial nas escolas em resultado da Pandemia Covid-19. Disponível em:

<https://apoioescolas.dge.mec.pt/Documentos>

Ministerio de Educación de Uruguay (2021) *Plan de inicio de cursos 2021*. Disponível em:

<https://www.ces.edu.uy/index.php/liceos/31901-plan-de-inicio-de-cursos-2021>

Murillo, F. Javier, & Duk, Cynthia. (2020). *El Covid-19 y las Brechas Educativas*. *Revista latinoamericana de educación inclusiva*, 14(1), 11-13. Disponível em:

<https://dx.doi.org/10.4067/S0718-73782020000100011>

OCDE (2020) *Manteniendo el internet en marcha en tiempo de crisis*. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=134\\_134623-sabl6ww3u7&title=Manteniendo-el-Internet-en-marcha-en-tiempos-de-crisis](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=134_134623-sabl6ww3u7&title=Manteniendo-el-Internet-en-marcha-en-tiempos-de-crisis)

Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura – OEI (2020) *Efectos de la Crisis del Coronavirus en la Educación*. Disponível em:

<https://oei.int/oficinas/secretaria-general/publicaciones/efectos-de-la-crisis-del-coronavirus-en-la-educacion>

Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura – OEI (2020) *La educación del mañana: ¿inercia o transformación*. Disponível em:

<https://oei.int/publicaciones/la-educacion-del-manana-inercia-o-transformacion>

Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura – OEI (2020) *Resignificando la escuela en el contexto de pandemia. Principios, Recomendaciones e Ideas para la Acción*. Disponível em:

<https://oei.int/oficinas/chile/noticias/guia-resignificando-la-escuela-en-el-contexto-de-pandemia-principios-recomendaciones-e-ideas-para-la-accion>

Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura – OEI (2021) *Actualidad en primera infancia. Vuelta a las aulas para los más pequeños: experiencias de Colombia, España, Portugal y Uruguay*. Disponível em:

<https://oei.int/oficinas/secretaria-general/noticias/actualidad-en-primera-infancia-nuevo->

[instrumento-para-compartir-experiencias-y-generar-conocimiento-sobre-educacion-infantil-en-iberoamerica](#)

Organización Mundial de la Salud – OMS (s/f) *Preguntas y respuestas sobre las escuelas y el COVID-19*. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/q-a-detail/q-a-schools-and-covid-19>

UNICEF (2020) *Falta de igualdad en el acceso a educación a distancia*. Disponível em: <https://www.unicef.org/es/comunicados-prensa/falta-igualdad-acceso-educacion-distancia-podria-agravar-crisis-aprendizaje>

UNICEF (2021) *Cierre de escuelas en América Latina*. Disponível em: <https://www.unicef.org/chile/comunicados-prensa/3-de-cada-5-ni%C3%B1os-y-ni%C3%B1as-que-perdieron-un-a%C3%B1o-escolar-en-el-mundo-durante-la>

UNESCO (2020) *Escuela, salud y nutrición: por qué la COVID-19 requiere una reforma de la educación para luchar contra las desigualdades de género*. Disponível em:

<https://es.unesco.org/news/escuela-salud-y-nutricion-que-covid-19-requiere-reforma-educacion-luchar-desigualdades-genero#:~:text=Seg%C3%BAn%20c%C3%A1lculos%20de%20a%20UNESCO,de%20ni%C3%B1as%20y%20mujeres%20j%C3%B3venes>.

UNESCO, UNICEF & OMS (2020) *Consideraciones para las medidas de salud pública relativas a las escuelas en el contexto de la COVID-19: anexo del documento consideraciones relativas a los ajustes de las medidas de salud pública y sociales en el contexto de la COVID-19*.

Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/332107?locale-attribute=es&>

# OEI

Organización de Estados  
Iberoamericanos

Organização de Estados  
Ibero-americanos

Palácio das Laranjeiras,  
Estrada das Laranjeiras, 205  
1649-018 Lisboa (Portugal)  
Tel.: (+351) 217 811 780

[oei.int/pt](http://oei.int/pt)

C/ Bravo Murillo 38  
28015 Madrid, Espanha  
Tel.: +34 91 594 43 82  
Fax: +34 91 594 32 86

[oei.int](http://oei.int)



Organización de Estados Iberoamericanos -OEI-



Paginaoei



@EspacioOEI



@espacio\_oei



Organización de Estados Iberoamericanos OEI